

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Ministério Público de Contas pede suspensão de locação de imóvel para a Secretaria de Obras

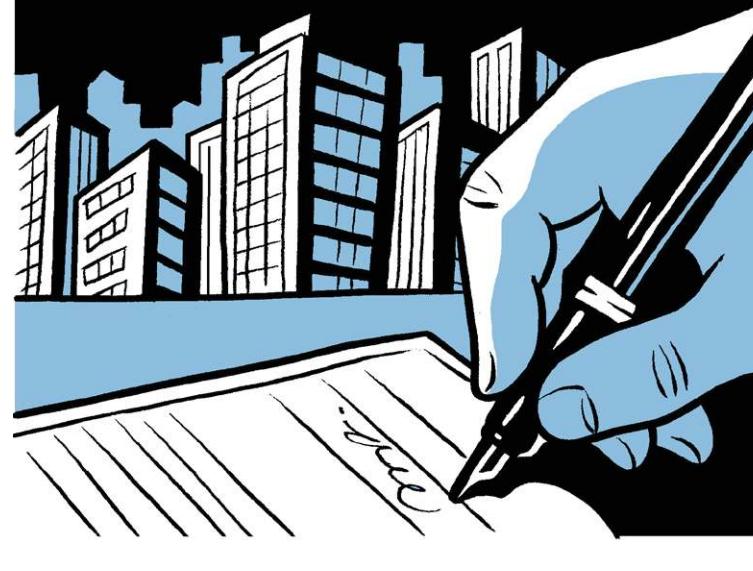
O Ministério PÚBLICO de Contas pediu a suspensão da execução do contrato de locação para a nova sede da Secretaria de Obras do DF (SODE). O objetivo é esclarecer se o negócio foi vantajoso ou prejudicial aos cofres públicos. O plenário do Tribunal de Contas do DF vai analisar e decidir. A Secretaria de Obras, que nas últimas duas décadas estava alojada na sede da Novacap, precisou ser transferida para outro local. A exigência para mudança era conseguir um imóvel com 3 mil metros quadrados, no SIA, próximo à Novacap. A transferência da equipe está prevista para o próximo mês.

Exigências

Com tantas exigências, o GDF não dispunha de área própria e, na busca por locação do espaço, apenas duas propostas foram apresentadas, mesmo considerando a falta de disponibilidade de imóveis no SIA. Uma das propostas sequer poderia ser aceita por não apresentar a metragem requerida. A avaliação do Ministério PÚBLICO de Contas foi de que a Secretaria de Obras não conseguiu justificar as exigências que restringiram a participação de outros interessados por meio de chamarão público. Instada a se manifestar, a Procuradoria-Geral do DF também entendeu ser necessário sanear as dúvidas, com a explanação de motivação e justificativas mais robustas.

Preço final

O MPCDF também questiona o preço final contratado. O valor inicial da estimativa saltou, em apenas quatro meses, de R\$ 2.610.000 para R\$ 3.548.270. Depois de uma breve negociação, o aluguel final ficou em R\$ 277,5 mil mensais. Segundo o MPCDF, a princípio, a Secretaria de Obras cogitou transferir apenas parte de seu pessoal, mantendo grande parte da equipe no local original, dentro da Novacap. A ideia era uma mudança parcial para uma área de 10% da alocada, no Plano Piloto, a um custo bem mais baixo. O imóvel alugado pertence à empresa Remmo Participações Ltda., que pertence a familiares do deputado federal Eunício Oliveira (MDB-CE) (foto).



Policia Civil/CB/Reprodução/D.A Press



reforma. Além disso, há limitação de espaço físico, agravada pela ampliação da estrutura administrativa da pasta e pelo aumento do número de servidores e estagiários," afirma a Secretaria de Obras.

Desocupação definitiva

A Novacap também informou a necessidade de desocupação definitiva de um dos blocos para a realização de obras de reforma, sem que haja espaço suficiente em outros prédios do complexo para remanejamento das equipes. "Diante desse cenário, a mudança, prevista para ocorrer em fevereiro, tem como objetivo garantir a continuidade das atividades administrativas da Secretaria," diz a companhia.

Problemas estruturais

A Secretaria de Obras e Infraestrutura informou que a locação de um imóvel no SIA foi necessária em razão da solicitação da Novacap, proprietária do prédio atualmente ocupado pela pasta, para a devolução do imóvel. "As edificações atualmente utilizadas pela Secretaria possuem cerca de 40 anos de construção e apresentam problemas estruturais e arquitetônicos graves, como rachaduras, infiltrações, precariade do piso, avarias no telhado e fragilidade das redes elétricas, de dados, hidráulicas e de esgoto, o que demanda ampla

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

»Entrevista | ARILTO SILVA | ONCOLOGISTA CLÍNICO

Especialista diz que doença costuma ser diagnosticada tarde, mas que as chances de cura chegam a 70% se descoberta no início

Câncer de pâncreas é raro e agressivo

» VITÓRIA TORRES

Considerado raro, mas extremamente agressivo, o câncer de pâncreas ainda representa um dos maiores desafios da oncologia, uma vez que evolui de forma silenciosa e, na maioria dos casos, o diagnóstico ocorre em estágios avançados. O oncologista clínico Arlito Silva, especialista em tumores do aparelho digestivo do Grupo Oncoclinicas, explica ao CB.Saúde — parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília — de ontem, em conversa com as jornalistas Carmen Souza e Sibele Negromonte, que o câncer de pâncreas acometeu figuras públicas, como a atriz Titina Medeiros e o ex-ministro da Defesa Raul Jungmann. O especialista destacou formas de prevenção, sintomas e tratamento. A seguir, trechos da entrevista.

É um câncer que está acometendo jovens e que é muito letal?

Em certo grau, sim. De maneira geral, quando falamos sobre tumores malignos, de qualquer parte do corpo, o câncer de pâncreas corresponde a cerca de 1% de todos os tumores. Ou seja, ele não é frequente, mas é extremamente agressivo. Temos, aproximadamente, 10 mil novos casos por ano no Brasil. Considerando toda a população, é um número relevante, mas não se trata de um tumor preponderante. É incomum e muito agressivo. Às vezes, o paciente tem pouco tempo após o diagnóstico. Por isso, como sempre reforçamos, o diagnóstico precoce, com a doença ainda pequena, é a melhor forma de alcançar a cura.

Essa dificuldade está relacionada ao fato de o pâncreas ser um órgão de difícil acesso?

Exatamente. Existe uma dificuldade histórica. Apesar de todos os avanços da medicina, infelizmente, não conseguimos diagnosticar precocemente a maioria dos casos, por diversas razões sociais e culturais. De forma geral, o câncer de pâncreas evolui silenciosamente. O paciente apresenta poucos sintomas no início. Quando a doença cresce, os sinais começam a aparecer. Os sintomas iniciais incluem indisposição, perda de apetite e alterações digestivas. Como a doença ocorre, em grande parte, em pessoas mais velhas, esses sinais acabam sendo confundidos com mudanças hormonais ou do próprio ciclo de vi-



Assista ao programa completo

da. Com o crescimento do tumor, ele pode obstruir pequenos canais, surgindo sintomas mais importantes, como náuseas, vômitos e icterícia, que é o amareloamento da pele e dos olhos. Quando há perda de peso significativa, geralmente é nesse momento que o paciente procura um médico.

O diagnóstico é difícil, mas existe alguma forma de monitoramento?

Sim. Falamos muito de campanhas como o Outubro Rosa e o Novembro Azul porque cânceres de mama e próstata são mais prevalentes. O câncer de pâncreas não tem indicação para rastreamento de rotina em check-ups. Ainda assim, conseguimos identificar tumores pequenos, que são poten-

cialmente curáveis, por meio de exames como ultrassonografia abdominal e tomografia. Caso haja alguma alteração, investigamos melhor com a ressonância magnética, que é o exame mais indicado para avaliar o tecido pancreático. Existem também um exame de sangue chamado CA 19-9, que é um marcador tumoral. Ele nem sempre se altera quando o tumor existe, mas quando está elevado e o câncer é confirmado, passa a ser útil para acompanhar a atividade da doença ao longo do tratamento.

O mapeamento genético ajuda? Existe relação hereditária?

O genoma humano foi decifrado em 2001. Desde então, passamos a ter acesso às informações do DNA, mas levamos anos pa-

ra aprender a interpretá-las corretamente. Hoje sabemos que cerca de 10% dos cânceres de pâncreas têm origem hereditária. Todo tumor, necessariamente, envolve uma mutação genética, mas isso não significa que ela tenha sido herdada dos pais. São conceitos diferentes. A mutação pode surgir ao longo da vida, em uma célula saudável, e dar origem ao câncer.

Quais hábitos ajudam na prevenção do câncer de pâncreas?

A maioria dos casos, cerca de 90%, não é hereditária. Fatores ambientais podem influenciar, como exposição a produtos químicos. Há também fatores relacionados ao estilo de vida, como o consumo de álcool e o tabagismo. O cigarro é

um fator de risco importante para o câncer de pâncreas, assim como o álcool. Mesmo em pequenas quantidades, o álcool já representa risco. O consumo abusivo pode levar à pancreatite crônica, uma inflamação que persiste por meses ou anos e está fortemente associada ao desenvolvimento do câncer.

O tratamento é cirúrgico?

Quando falamos em cura, o tratamento é cirúrgico. Se a doença é pequena e está em uma localização anatômica favorável, a cirurgia é a melhor forma de alcançar a cura. A quimioterapia entra como tratamento complementar. Porém, se o tumor está em uma região que impede a cirurgia inicial, não faz sentido operar sem conseguir retirar toda a doença. Nesses casos, utilizamos quimioterapia e, eventualmente, radioterapia, com o objetivo de reduzir o tumor. Ainda assim, quando a cirurgia não é possível, a quimioterapia passa a ser o tratamento principal.

Há chances de cura?

Sim. O câncer é classificado em quatro estágios. Os estágios um e dois são iniciais, o três é intermédio e o quatro é avançado. Nos casos iniciais, as chances de cura podem chegar a 70%.

TRE DF/Divulgação



Novo membro do TRE-DF

O juiz Antônio Fernandes da Luz tomou posse, ontem, como membro suplente do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF). O magistrado foi eleito para o cargo por aclamação, em votação unânime, durante a 11ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, realizada em dezembro no ano passado. Em discurso, o presidente do TRE-DF desembargador Jair Soares, expressou a felicidade com o "reforço" da Corte em ano eleitoral. "O senhor sabe da imensa satisfação e alegria de empossar Vossa Excelência. É ano de eleição e é muito bom contar com alguém de muita experiência e tempo de serviço no Tribunal", disse a Fernandes da Luz.

Estiveram presentes no evento os juízes Asiel Henrique de Sousa, Leila Cury e Maria Isabel da Silva. O vice-presidente o TJDF, desembargador Roberival Belinati, também prestigiou a posse.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Quarentena na Saúde

Ex-secretários de Saúde do Distrito Federal que assumirem a direção do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF) — ou o contrário — terão de aguardar um período de seis meses antes da nomeação para a nova função. A norma consta da Lei 7.795/2025, de autoria da deputada Paula Belmonte (PSDB), promulgada pela Câmara Legislativa. Aprovado pelos deputados distritais, o texto que deu origem à lei foi vetado pelo governador Ibaneis Rocha (MDB). Em seguida, o veto foi derrubado pela maioria do plenário da Câmara Legislativa.

Luis Nova/Esp. CB/D.A Press



Iluminação para pedestres

Pedestres do DF têm o direito à iluminação pública em abrigos e paradas de ônibus, passarelas, passagens subterrâneas e faixas de pedestres no Distrito Federal. É o que estabelece a lei promulgada no fim do ano pela Câmara Legislativa.

A nova lei determina também que os projetos de construção ou reforma de abrigos, paradas de ônibus, passarelas, passagens subterrâneas e faixas de pedestres devem conter projeto de iluminação compatível. O autor da nova lei é o deputado distrital Max Maciel (PSol). "Ambientes escuros são propícios para a prática de crimes, e a presença de luz reduz significativamente a vulnerabilidade dos pedestres", avalia Max Maciel.